



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES**

**FAMÍLIA, AUTISMO E DIAGNÓSTICO:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A ESCOLA**

Andréia de Souza Sales
112790005C
Polo: Juiz de Fora

Juiz de Fora
2019

ANDRÉIA DE SOUZA SALES
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

FAMÍLIA, AUTISMO E DIAGNÓSTICO:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A ESCOLA

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Orientador (a): Núbia Aparecida Schaper Santos

Juiz de Fora
2019

ANDRÉIA DE SOUZA SALES
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Núbia Aparecida Schaper Santos

Juliana Célia de Oliveira

Katiuscia Antunes

Juiz de Fora
2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço a cada um dos alunos, familiares e professores que dividiram comigo um pouco das suas angústias, expectativas e esperanças, me propiciando uma reflexão sobre alternativas e possibilidades na educação, para uma prática inovadora e inclusiva.

Agradeço ao Miguel, meu filho, que me fez perceber um outro elemento que precisa de atenção na relação com a deficiência, a família.

Agradeço a Deus por não deixar que no ofício da minha profissão me esqueça de ter empatia com a dor do outro.

RESUMO

Andréia de Souza Sales¹

Este trabalho foi realizado em um Centro de Atendimento Educacional Especializado no município de Juiz de Fora/MG. O objetivo central deste trabalho foi investigar como tem sido o momento em que as famílias recebem o diagnóstico de autismo e como a escola tem papel fundamental no acolhimento às crianças e seus familiares. Nos últimos anos, a discussão sobre o tema ganhou relevância, avançamos bastante, mas ainda há muito para se fazer. A educação especial, passou por várias fases. Essas fases se construíram ao longo da história e está diretamente relacionada ao modo como cada sociedade se organiza. A exclusão, foi a primeira forma de tratar as pessoas com deficiência uma vez que eram completamente ignorados pela sociedade e pela própria família. Mais tarde a segregação institucional se constituiu no modo de tratá-los/educá-los e a principal forma eram as escolas especializadas. Posteriormente, a integração nas salas especiais dentro das escolas regulares foi a maneira encontrada para iniciar um processo cujo a principal ideia era a de que a pessoa com deficiência deveria conviver com as pessoas sem deficiência. Na atualidade, vivemos o paradigma da educação inclusiva, tentativa por ainda estarmos no caminho para realiza-la. A educação inclusiva garante através do direito constitucional, que todos sem exceção tenham direito a educação de qualidade, dentro das escolas regulares. Com isso é primordial a nós profissionais da educação, promover e zelar para que as crianças com algum tipo de deficiência ou transtorno possa ter um atendimento educacional que seja eficaz, bem como a atenção as famílias que são parceiras primordiais no processo de ensino aprendizagem. Sendo assim, a proposta de intervenção caminhou no sentido de verificar como tem sido o acolhimento a estas famílias, será que a escola, tem feito o seu papel? Os Centros de Atendimentos contribuem neste acompanhamento as crianças, de forma a realizarem um trabalho efetivo tanto em relação as famílias quanto as escolas? Em resposta a estas questões nasceram uma série de reflexões que influenciam diretamente no cotidiano escolar, pois vimos através das entrevistas o quanto a escola ainda precisa ser instrumentalizada, no sentido de buscar investir na formação de seus profissionais, para que possam atuar junto aos familiares de forma mais intensa. A intervenção tanto da Secretaria de Educação do município quanto dos CAEE's é o diálogo constante, são peças fundamentais nesse processo de formação que permeia a pratica de instrumentalização e acolhimento as famílias, uma vez que não encontram o acolhimento e as informações necessárias em outros ambientes que não os escolares.

Palavras-chave: Inclusão, família, diagnóstico, escola, autismo.

¹ Pós-graduada em Psicopedagogia – Fundação Educacional Além Paraíba e Neuropsicopedagogia – Universidade Candido Mendes. Graduada em Pedagogia – Universidade Federal de Juiz de Fora. Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado. Cursos complementares na área Educacional. Curriculum lattes: <http://lattes.cnpq.br/7576852623177532>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
2. IDENTIFICAÇÃO.....	11
3. DESCRIÇÃO.....	11
4. JUSTIFICATIVA.....	12
5. OBJETIVO GERAL.....	14
6. OBJETIVO ESPECÍFICO.....	14
7. ALTERNATIVAS ESCOLHIDAS PARA INTERVENÇÃO.....	14
8. CRONOGRAMA.....	15
9. DESENVOLVIMENTO	16
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	22
12. APENDICES.....	23

1 INTRODUÇÃO:

*O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada.
Caminhando e semeando, no fim terás o que colher.
Cora Coralina*

Fiz magistério no Ensino Médio e neste período pude perceber com os estágios obrigatórios, o quanto a aprendizagem era algo intrigante e complexa. Uma das questões que me chamavam a atenção era porque umas crianças apresentam facilidades para aprender e outras apresentam tantas dificuldades? Neste período, percebi que queria estudar um pouco mais sobre isso, então busquei na pedagogia respostas para minhas questões.

Sou pedagoga formada pela Universidade Federal de Juiz de Fora, nesta formação inicial um universo de possibilidades se abriu para mim, conheci os diversos núcleos de estudo e pesquisa que existiam na época e fiquei muito interessada pelo então NESP – Núcleo de Educação Especial da Faculdade de Educação e já no final do primeiro período, entrei em um grupo de estudos que tratava da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

No período seguinte participei de uma seleção para bolsista de treinamento profissional no Projeto Caleidoscópio que pesquisou e atuou na primeira infância numa parceria com as creches municipais de Juiz de Fora, com o intuito de investigar como acontecia o processo de formação de profissionais para a constituição de uma Educação Infantil Inclusiva.

Participei de outros projetos, como o de Pedagogia Hospitalar e fiz estágio no então Serviço de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação, onde pude conhecer um pouco mais da realidade vivenciada nas escolas e creches da rede municipal.

Estava iniciando na cidade os PEACE's (Programa Educacional de Atendimento à creches e escolas), hoje conhecidos como CAEE's (Centro de Atendimento Educacional Especializado), onde atuei como estagiária durante os dois últimos anos da faculdade, na estimulação essencial com os bebês que chegavam ao PEACE, indicados pelas creches.

Terminada a faculdade, escolhi a psicopedagogia para dar continuidade aos estudos e escrevi sobre a educação frente ao adulto com deficiência intelectual, desejo despertado no trabalho como estagiária no Peace pois fazíamos estimulação essencial em uma pessoa PC (Paralisia Cerebral) com deficiência intelectual, já adulta, que não conseguia se relacionar e

nem se desenvolver por falta de uma condução educativa adequada à necessidade dela, sendo assim, mesmo adulta vivia como um bebê.

Paralelamente a esta formação e posteriormente a ela, comecei a fazer cursos de capacitação na área educacional e fundamentalmente na diversidade, educação infantil, alfabetização entre outros. Participei de minicursos em diversos seminários, afim de ampliar o conhecimento adquirido para transformar minha prática profissional.

No último ano, terminei também a Especialização em Neuropsicopedagogia oferecida por uma instituição privada, que veio agregar novos conhecimentos e auxiliar minha prática pedagógica.

Atualmente meu interesse maior tem sido uma abordagem familiar porque muito falamos dos professores e sua formação, e pouco da família e do diagnóstico recebido por elas. Isso porque, na minha prática cotidiana tenho ouvido os relatos de familiares e também dos professores sobre o difícil momento em que as famílias recebem este diagnóstico.

Durante toda esta formação estive ligada profissionalmente à educação, atuei em algumas escolas da Rede Municipal como coordenadora pedagógica e assumi a função de professora de apoio nesta mesma época.

Atuei também na sala de Atendimento Educacional Especializado do CAEE Oeste/Sudeste e nos últimos dois anos fui convidada a atuar na Supervisão de Atenção ao Educando na Diversidade, trabalho com orientação à Docência compartilhada/Bidocência, auxílio e acompanhamento os CAEE's, o que me fez perceber a importância de refletirmos sobre a formação inicial dos professores que atuam nas escolas, creches e centros de atendimento, como estão os currículos dos cursos de pedagogia? Como está a práxis realizada nas escolas?

Vejo grande importância de fazermos um acompanhamento às famílias, pois elas são parceiras indispensáveis na aprendizagem, precisamos dialogar com suas dúvidas, angústias e esperanças, fundamentalmente quando falamos de crianças com algum tipo de deficiência ou transtorno, que será meu objeto primeiro deste trabalho.

A inclusão de pessoas com deficiência em escolas regulares faz parte do movimento atual da educação como um direito constitucional e não deve ser ignorado, porém esse movimento passou por diversas fases até o momento em que nos encontramos hoje. A princípio acontecia a exclusão, nada era feito em prol das pessoas com deficiência. Nenhuma atenção educacional, bem como qualquer outro atendimento era dada a estas pessoas. A sociedade os ignorava, rejeitava, explorando-os por considerá-los “possuídos por maus espíritos ou vítimas de seitas diabólicas ou feitiçaria”. Jonson, (1994 apud SASSAKI, 1999, p.112).

Logo em seguida veio a fase da segregação institucional. Segundo Donvan e Zucker, 2017, como a sociedade e muitas vezes a própria família excluía os deficientes, eles passaram a ser atendidos por instituições psiquiátricas. Ou ainda por instituições de caráter religioso e/ou filantrópico, ainda sob pouquíssimas condições e qualidade. Foi aí que começou a despontar em países desenvolvidos a educação especial. Com autorização governamental, mas sem nenhum tipo de apoio, essas instituições de ensino especial surgem dando espaço a estas crianças. Muitas permaneceram grande parte de suas vidas dentro de instituições, sem estabelecer muito contato ou convivência com o meio social.

Mais à frente foram criadas as escolas especiais, os centros de reabilitação e as primeiras oficinas de trabalho. Isto porque, a sociedade passou a perceber que através da escolarização e treinamento profissional, as pessoas com deficiência poderiam ser produtivas.

Este momento histórico da educação especial, ainda hoje, permeia o imaginário da sociedade e gera dúvidas e questionamentos sobre sua validade e seu caráter verdadeiro. Será que as escolas especiais foram criadas para excluir os deficientes ou, ao contrário, foi criada para acolher – e porque não dizer, incluir – os rejeitados pelo sistema educacional tradicional?

Com o intuito de buscar respostas para vários questionamentos que surgiram, as pessoas com deficiência, que até então eram atendidas exclusivamente nas escolas especiais, “ganham” a chance de entrarem nas escolas comuns, dando início ao movimento integrador ou fase de integração. Tal fase caracteriza-se pelo surgimento de classes especiais dentro das escolas regulares.

O conceito de inclusão é mais amplo, não se restringindo somente à educação. Para este trabalho, abordamos uma prática inclusiva que “se baseia em princípios individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana e aprendizagem por cooperação” MANTOAN (apud ORRÚ 2016)

De acordo com o princípio da inclusão escolar:

A escola ao desenvolver o atendimento educacional especializado deve oferecer todas as oportunidades possíveis para que nos espaços educacionais em que ele acontece, o aluno seja incentivado a se expressar, pesquisar, inventar hipóteses, e reinventar o conhecimento livremente. Assim, ele pode trazer para os atendimentos os conteúdos advindos da sua própria experiência, segundo seus desejos necessidades e capacidades MEC (2006, p.20).

Diante do momento atual, ainda que lento quanto às práticas de inclusão, é certo dizer que ela se faz tanto na escola comum, quanto na especial, apesar de poucas existentes atualmente, pois se seus compromissos educacionais são sobrepostos e não substitutivos, cabe

a ambas se complementarem. Desta forma, a escola comum pode incluir assim como a escola especial; ou que as duas podem segregar seus alunos quando não promovem o aprendizado de maneira efetiva e eficaz aos que nela estão. O que fará a diferença na promoção inclusiva é a proposta que desenvolverão em seus currículos.

Na primeira década do início desse século aqui no Brasil, o Ministério da Educação revelava:

(...)é importante salientar que a socialização, justificada como único objetivo de entrada destes alunos na escola comum, especialmente para os casos mais graves, não permite esta complementação e muito menos justifica que está havendo uma inclusão escolar. A verdadeira socialização, em todos os seus níveis, exige construções cognitivas e compreensão da relação com o outro. O que tem acontecido em nome dessa suposta socialização é a perpetuação da segregação mesmo que o aluno esteja frequentando uma escola comum. MEC (2006, p. 23).

Prosseguindo, quando falo em educação inclusiva, falo de um sistema educacional para todos os alunos. É importante saber, enquanto movimento histórico, que esta prática aconteceu a partir da década de 90 e, o seu principal marco inclusivo na escola é o documento conhecido como Declaração de Salamanca de 1994, base norteadora da atual Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, de 1996. Além da Convenção de Guatemala, de 1999 e a atual Convenção de Nova York, de 2006.

Nesta perspectiva, caberá a cada escola repensar sua prática de ensino baseado no que propõe o movimento inclusivo. A questão em pauta é qual o espaço e proposta que a escola/educação e a sociedade promovem para ele durante seu percurso de vida escolar, através do meio social, respeitando sua singularidade e contexto de modo a garantir-lhe convivência e permanência?

Depois de percorrer toda essa trajetória e pensando em várias questões pertinentes a inclusão dos alunos com deficiência, dentro do contexto escolar observado nos últimos anos, é hora de levantar a discussão sobre a melhoria do atendimento escolar de bebês, crianças e jovens na medida em que já não é mais possível para os educadores excluir ou segregar, temos a necessidade real de promover a inclusão dos mesmos.

A proposta da educação inclusiva é complexa e nos coloca diante de alguns desafios. Traz alguns pontos importantes para nós educadores no que diz respeito às famílias dos alunos com autismo por serem elas parceiras imprescindíveis no processo de ensino/aprendizagem. Destaca-se também o momento em que as mesmas recebem o diagnóstico, seus anseios, dúvidas, traumas e a diversidade de sentimentos que envolvem este

momento. Busco, neste trabalho, enxergar pelos olhos da família, a perspectiva educacional dessas crianças. Cabe também ressaltar que é notório o aumento sistemático dos casos comprovados de autismo nas redes de ensino, com isso, buscar excelência no atendimento educacional, faz com que os profissionais sejam sensibilizados por essa realidade e preparados para agir de forma inclusiva e coerente com os preceitos da educação inclusiva de fato.

2 IDENTIFICAÇÃO:

A identificação da questão veio do meu interesse particular na temática, que se apresenta como uma questão que traz muitas dúvidas e angústias a familiares, profissionais envolvidos no processo educacional.

Minha atuação nas escolas da Rede Municipal de Juiz de Fora como coordenadora pedagógica, me fez perceber o quanto as escolas têm dificuldades em lidar com as famílias dos alunos com deficiência e fundamentalmente quando eles recebem esse diagnóstico.

Depois de vivenciar tantas experiências escolares, algumas positivas outras nem tanto, onde coube a escola estar próxima a família e não esteve, onde a família não via na escola uma possibilidade de diálogo aberto para suas inseguranças e fragilidades. Tanto falamos da necessidade da aproximação e participação da família na vida escolar das crianças mais pouco nos abrimos para opiniões, intervenções ou até mesmo críticas ao nosso trabalho. Pude ver também trabalhos realizados de forma a incluir não só as crianças com deficiência mais suas famílias, trazendo a luz suas histórias e vivências, através de projetos realizados nas escolas pelos professores que faziam questão de incluir a todos, sem exceção, demonstrando o quanto é possível esse movimento e esse acolhimento a diversidade humana.

Neste sentido, acredito ser possível começar uma investigação que nos possibilite compreender um pouco melhor como ocorre o processo de aceitação familiar e a intervenção escolar neste momento.

3 DESCRIÇÃO:

Minha pesquisa será realizada no Centro de Atendimento Educacional Especializado da região sudeste-oeste, que é referência no atendimento a autistas na Rede Municipal de Juiz de Fora. Este centro de atendimento vem a alguns anos, verificando um aumento substancial no número de crianças com autismo, com isso seus profissionais têm buscado mais formação

na área através de cursos de capacitação e formação, para que justamente possa atender de forma mais eficaz a seus alunos.

O Centro de Atendimento Educacional Especializado, atende hoje cerca de 80 alunos, que estão inseridos nas escolas municipais das escolas das regiões sudeste e oeste do município de Juiz de Fora, conta com uma diretora, uma profissional de apoio pedagógico, uma secretária e 16 professores que se dividem entre os atendimentos oferecidos.

São oferecidos Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Oficinas Pedagógicas, oficinas de linguagem, para que sejam desenvolvidos o trabalho a ser realizado com cada aluno nessas oficinas e atendimento, é elaborado um plano de atendimento, com metas e objetivos a serem alcançados, no caso do AEE o Plano de AEE e no caso das oficinas o Plano de desenvolvimento do aluno.

No que diz respeito às famílias, elas são inseridas no processo de aprendizagem dos seus filhos, e podemos como profissionais da educação contribuir através de orientações dadas em reuniões coletivas ou atendimentos individualizados. Com isso, acredito que este trabalho pode possibilitar a construção do trabalho coletivo, por uma educação de qualidade e efetiva, buscando respostas a minha pergunta e tendo nas famílias um apoio importante uma vez que ela é foco do meu questionamento. Acredito também que o trabalho pode contribuir para que os profissionais da educação possam ter um outro olhar para as famílias, mais afetuoso no sentido de que com acolhimento as suas dificuldades e angústias e caminhando juntos, a aprendizagem acontecerá de forma mais eficaz.

4 JUSTIFICATIVA:

A educação inclusiva, é uma realidade em nossas escolas, o direito à educação para todos foi assegurado na constituição de 1988, e reafirmado pelas legislações que se seguiram, dando direito as pessoas com deficiências a estarem incluídos nas escolas. Agora um novo passo precisa ser dado, necessitamos assegurar também o direito a aprendizagem de fato, não é mais possível mantermos as crianças na escola sem que busquemos mecanismos para que o processo ensino-aprendizagem realmente se concretize.

Neste sentido precisamos unir toda comunidade escolar para que o trabalho seja efetivo, quando digo comunidade escolar, penso em professores, alunos, funcionários, e famílias destas crianças, alcançando o objetivo que é a aprendizagem. Mas infelizmente percebi ao longo dos anos de escola, que existe uma desinformação muito grande por parte das famílias e uma falta de preparo de alguns profissionais, que ainda hoje não sabem lidar

com situações onde é necessário o trabalho com a diversidade e a quebra do padrão de normalidade. O que me chama mais atenção nessa problemática é o momento do diagnóstico, tamanha dificuldade as famílias enfrentam ao receber a notícia e tamanho despreparo que a escola tem em orientar e trabalhar o pedagógico sobre outro prisma.

Para algumas famílias é fácil perceber no dia a dia, a diferença entre um filho e outro, ou até mesmo quando não há outros filhos, compara-se com outras crianças e familiares mais próximos, notando-se condutas diferentes desde o nascimento, como dificuldades no falar, compreender a linguagem, brincar ou se relacionar com outras crianças e o meio social em que vive.

A partir desta percepção inicial em geral as famílias buscam na saúde a confirmação de suas suspeitas, através de médicos, clínicas ou centro especializados, e quando vem o diagnóstico nem sempre é explicado ou esclarecido pela área da saúde, o que pode gerar muita angústia e dúvida, mais ainda quando esse diagnóstico aponta para um transtorno ou síndrome, que em geral nem todos tem conhecimento, por isso quando falamos em Transtorno do espectro autista, a dificuldade é ainda maior pois fisicamente a criança é exatamente igual a outra, mas existe um abismo de diferenças que precisam ser estudados e apontados para que esta família possa conviver melhor com essas dificuldades.

Na hora do diagnóstico, muitas famílias têm que trabalhar em si o fato real da grande diferença entre os filhos e filhas e o restante das crianças. Geralmente antes do diagnóstico os pais suspeitam que o choro, a dificuldade de se alimentar, as birras, os problemas para se vestir, podem ser apenas mimo, ou malcriação, e buscam punir e corrigir estas crianças da mesma forma que atuou com os demais filhos.

Gostaria de verificar algumas destas situações, onde, como e quando algumas famílias receberam o diagnóstico, como nós enquanto instituição de ensino podemos auxiliar essas famílias, com apoio, sensibilidade e informação para que a mesma consiga se orientar no sentido de ajudar no desenvolvimento do aluno.

Segundo Marques (1995), as famílias ao receberem um diagnóstico, tem um impacto difícil de ser aceito, muitas passam por um luto real, onde tem que enterrar perspectivas do filho que esperavam e aceitar o indivíduo que realmente tem e na maioria das vezes isso é um processo longo e doloroso, sendo a escola uma aliada para a superação dessas frustrações e podendo ser parceira ao indicar alternativas para essa criança. E é imprescindível que a família receba todas as informações pertinentes do quadro de saúde que a criança apresenta, e possa conhecer as debilidades apresentadas, uma vez que o diagnóstico possa servir como norteador para um verdadeiro conhecimento da deficiência, as possibilidades e limitações da

criança, será possível, para esta família compreender os caminhos a seguir, como tratamentos, terapias possíveis e planejamento tanto no que diz respeito a saúde quanto a educação desta criança, entretanto percebe-se que esse momento do diagnóstico ainda é muito falho dentro da saúde, muitas são as queixas nas escolas de pais que ficaram sabendo das deficiências de seus filhos sem nenhum preparo, de forma desumana e as vezes cruéis, por agentes de saúde, médicos e enfermeiros, e muitas vezes cabe a nós nas escolas, o papel de acalmar e ajudar nesta busca por informações a estes pais tão aflitos.

Devido ao aumento de autistas diagnosticados, mesmo depois de maiores já em idade escolar, com laudos médicos na Rede Municipal de Juiz de Fora, voltei meu olhar para essas crianças, e gostaria de verificar como nós profissionais da educação podemos auxiliar suas famílias no momento em que recebem esse diagnóstico.

5 OBJETIVO GERAL:

O objetivo da proposta deste trabalho está em pesquisar em que condições as famílias recebem o diagnóstico de autismo, e como nós na condição de profissionais da educação podemos ajudar e orientar essas famílias.

6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Conhecer a realidade de famílias que receberam o diagnóstico de autismo, a relação que estabelecem com os professores responsáveis e a escola, bem como o trabalho desenvolvido pelo CAEE (Centro de Atendimento Educacional Especializado).

7 ALTERNATIVAS ESCOLHIDAS PARA A INTERVENÇÃO:

A pesquisa foi realizada através de uma entrevista com duas professoras do Centro de Atendimento Educacional Especializado, bem como um questionário que buscou direcionar perguntas que pudessem elucidar a prática pedagógica realizada por elas. Através desse contato com os educadores do centro, a pretensão é que tenhamos uma ideia de como tem acontecido o atendimento as crianças com deficiência na rede municipal, pois o CAEE atende a diversas escolas que são divididas pelas regiões da cidade, neste caso o CAEE mencionado atende as regiões Oeste/Sudeste de Juiz de Fora.

A partir disso, foram indicadas pelas professoras entrevistadas anteriormente, seis famílias atendidas por elas, as quais tem o diagnóstico de autismo da criança. Direcionei a estas famílias um questionário com algumas questões que pudessem auxiliar na busca de respostas para minha questão, notei que a carência de informação sobre o que o transtorno causa é grande, e que nem sempre a saúde, a escola, tem respostas favoráveis, no processo de aceitação familiar da deficiência.

Contudo fez-se necessário também a consulta aos arquivos do CAEE, verifiquei que o acompanhamento feito por eles semestralmente através de relatórios dá um panorama geral do desenvolvimento da criança. Nestes arquivos, encontrei o relato da escola ao encaminhar as crianças, relatórios feitos pela equipe do centro, relatórios médicos e entrevista inicial realizada pela direção com as famílias, dados que foram importantíssimos, na produção deste trabalho.

8 CRONOGRAMA:

DATA	AÇÃO	ATIVIDADE
Outubro à Dezembro de 2018	Definição da questão e objetivos a serem propostos nesta intervenção.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Elaboração da questão norteadora. ✓ Objetivos geral e específicos. ✓ Leituras relacionadas.
Janeiro de 2019	Elaboração e entrega do pré-projeto de Intervenção Pedagógica.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Entrega do pré-projeto. ✓ Possíveis ajustes.
Fevereiro à Março de 2019	Elaboração dos questionários, identificação das famílias e professores.	<p>Dar início a pesquisa:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Buscar CAEE (Centro de Atendimento Educacional Especializado) e solicitar autorização para pesquisa. ✓ Identificar famílias. ✓ Identificar professores.
Abril de 2019	Aplicação dos questionários.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Entrevista com professores e aplicação do questionário. ✓ Aplicar questionário nas famílias.
Maior de	Registro das considerações feitas a partir da aplicação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avaliação das atividades

2019	dos questionários e experiências vivenciadas com as famílias.	desenvolvidas. <ul style="list-style-type: none"> ✓ Escrita das considerações feitas a partir da observação e dos questionários aplicados. ✓ Redação final do trabalho.
------	---	--

9 RELATORIO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Iniciei a intervenção em uma visita ao CAEE oeste/sudeste, onde apresentei a proposta do trabalho a diretora do centro, que me recebeu com bastante entusiasmo.

Conversamos sobre o projeto e as expectativas que tenho de buscar uma pequena amostra de depoimentos que nos faça perceber como tem sido a experiência das famílias ao receber o diagnóstico de seus filhos. A partir disso, selecionamos as duas professoras, bem como sugestões de alunos com TEA (Transtorno do Espectro Autista) atendidos por elas, para que pudéssemos investigar como foi dado e recebido o diagnóstico do transtorno.

Em seguida, nos reunimos com as professoras que apresentaram um pouco do seu trabalho e sua rotina. Apresentei o projeto e solicitei as professoras, um espaço para realizar uma entrevista e pedi também que respondessem um questionário, que foi uma das frentes do trabalho, para verificar as questões relacionadas ao diagnóstico, suas formações e conhecimento sobre a educação inclusiva. Para isso, contruí um roteiro de perguntas para auxiliar a conversa que teria com elas conforme consta no apêndice.

A entrevista com as famílias, foi feita através dos questionários, que foram agendadas posteriormente. A princípio imaginei que apenas as entrevistas com as famílias seriam suficientes, mas nas entrevistas com as professoras percebi que o trabalho realizado nos CAEE's é muito mais profundo em alguns casos relatados por elas.

Os centros, além dos atendimentos, muitas vezes são procurados pelas escolas para que possam auxiliar as famílias que ainda não têm diagnóstico e através dos atendimentos fazem indicativas para o mesmo. Em vários relatos notei que o próprio centro, através de seus profissionais, orienta a família a qual especialista deve procurar.

O acompanhamento realizado pelas professoras, vai desde a entrevista inicial, até os atendimentos realizados depois do diagnóstico, nas duas entrevistas, elas citaram que além das reuniões de pais que são periódicas, estão sempre trocando com as famílias materiais que possam auxiliar no conhecimento do transtorno, suas características, possibilidades e limites. Fazem visitas as escolas de origem das crianças para saber como está o andamento da aprendizagem escolar.

Notei também que existe um movimento importante destas profissionais pela formação necessária para atuar nesses atendimentos, as duas são formadas em pedagogia mais em nenhum momento se acomodaram, estiveram durante o exercício do magistério, buscando especializar-se e aprofundar seus conhecimentos fundamentalmente na educação inclusiva. O que permite uma prática verdadeiramente inclusiva, buscando dialogar sempre com as escolas as quais são atendidas por suas regiões.

Estive com os pais enquanto seus filhos eram atendidos e em contato com suas histórias através das entrevistas realizadas e de investigação documental. A princípio a ideia era apenas fazer entrevistas com os mesmos, através de questionários com perguntas diretas e objetivas sobre a trajetória escolar e o diagnóstico, mas percebi que seria interessante também verificar as fichas e relatórios existentes no centro de atendimento que trouxeram à luz uma cronologia do momento em que entraram na escola, do diagnóstico e a entrada no CAEE.

Através dos relatos das professoras pude perceber o envolvimento com as famílias que investiguei, se colocando dispostas a aprender e a ensinar. Há uma troca de saberes, para os pais conhecimentos importantes sobre o transtorno e suas especificidades, para os professores conhecimentos relevantes sobre as rotinas e especificidades de cada aluno em seu núcleo familiar.

A pequena amostra foi realizada com 6 famílias, de diferentes escolas, todos meninos e em idades próximas, variando de 6 a 12 anos.

Uma das crianças chegou ao CAEE ainda sem diagnóstico apenas com a desconfiança da mãe, que enfrentou a todos para que seu filho pudesse ter atendimento, nem mesmo seus familiares acreditavam nela quando dizia que seu filho era diferente dos demais. Relatou que a escola não a acolheu e achava que estava tudo indo bem, mas a mãe insistiu e descobriu a possibilidade do atendimento no centro e por insistência conseguiu o encaminhamento para o CAEE e só quando chegou ao centro foi levada a sério.

Destaco aqui a importância do trabalho realizado, a mãe disse que foi de extrema importância o apoio e a indicação dos profissionais para que ela buscasse o diagnóstico de seu filho. Não conseguiu apoio de ninguém, nem escola, nem família, nem médicos, perguntei a ela se nenhum médico tinha percebido nada de diferente e ela disse que a resposta era sempre a mesma, que a criança ainda iria se desenvolver.

O momento em que recebeu o diagnóstico, para essa mãe, foi um misto de alívio e medo pois ao mesmo tempo que confirmou suas suspeitas, trouxe muitas angústias pois não sabia do que se tratava e não teve o apoio da família.

Entretanto hoje, as coisas já estão mais fáceis, sabe cuidar melhor do seu filho e entende os direitos que eles têm, pois sempre que tem alguma dúvida nova, pode conversar com a professora do centro que a escuta e pensa junto com ela formas de intervir com seu filho.

Outras duas famílias receberam o diagnóstico, quando as crianças eram bem pequenas e não tiveram da parte médica nenhum tipo de preparação. Também não tiveram muita explicação de como lidar com o TEA, só conseguiram mais respostas sobre como lidar com as particularidades de seus filhos ao chegar na escola municipal, onde seus filhos foram encaminhados aos CAEE. Onde fazem os atendimentos e tem dicas de como fazer o acompanhamento deles em casa. Mais notem que a escola ficou rasa na situação, sua única participação foi encaminhar para o atendimento educacional especializado, nenhuma das duas famílias falou sobre a participação do coordenador pedagógico, diretor e/ou algum professor que tenha abordado a situação de forma a fazer indicativas sobre o transtorno e o que a escola faria sobre as particularidades dos seus filhos.

As demais chegaram com hipótese diagnóstica que se confirmou ao longo dos atendimentos, as três relataram que o SUS demorou demais para dar o diagnóstico, do atendimento no posto de saúde até o dia do atendimento com o neurologista foram meses. Mas apesar disso as crianças já estavam tendo atendimentos com as professoras citadas, o que ajudava muito. Perguntei se quando receberam o diagnóstico dos médicos, alguma explicação foi dada sobre o transtorno e as mães relataram que tudo foi dito de forma muito simplificada, inclusive pediram que falassem na escola das crianças para que elas tivessem direito a professor de apoio.

Segundo uma das mães, o médico falou que seu filho tinha um “probleminha”, mas que tudo ia dar certo. As três mães relataram que como já tinham contato com o centro de atendimento as coisas foram se ajeitando, a princípio ficaram bastante assustadas ao entender um pouco do diagnóstico, mas depois as professoras começaram a ensinar como agir quando o filho fazia “birra”, ou estava desorganizado demais, pois aprendeu com elas que isso pode mesmo acontecer, fazia parte do diagnóstico das crianças.

Então pude perceber na fala destas mães que o laudo trazido por elas ao fim do diagnóstico médico foi só uma confirmação de que havia algo de diferente, serviu também para buscar os direitos pertinentes, e uma instrumentalização para lidar melhor com o rotina e o dia a dia dos seus filhos.

No caso destas três últimas famílias, já estavam familiarizadas a realidade que viviam, o diagnóstico em si não mudou muita coisa, pois já estavam vivendo com as características, as possibilidades e debilidades impostas pelo transtorno.

Quando perguntadas, como foi dado diagnóstico, todas responderam que o médico disse que era autismo, fez o papel e entregou, sem muitos comentários e nem observações.

Busquei junto ao centro, acesso aos relatórios, anamneses, que me fizeram perceber o quão sofrido é todo esse caminho percorrido por essas famílias na luta pelos seus direitos na função árdua de exercer seus direitos e deveres como pais e mães.

Uma dessas mães chama muito atenção pois parece estar muito adoecida, quando fala da rotina com seu filho, se coloca bem frágil diante da relação com o transtorno, nesta família existe uma outra criança também com hipótese diagnóstica de autismo.

A assistência da saúde é muita pequena quando falamos também em tratamento, aquelas que não tem plano de saúde e dependem diretamente do Sistema Único de Saúde, encontram dificuldades na marcação de consultas e no retorno, duas delas não conseguiram até hoje retorno no mesmo médico, sempre que vai é um médico diferente.

Segundo Nunes (2015), a trajetória de uma mãe de autista é muito sofrida pois luta várias vezes ao dia contra suas dores, suas angustias, tendo que assumir uma postura de defesa de seu filho, diante da sociedade que não o aceita, o vê como coitadinho e diante muitas vezes dos próprios familiares que não querem conviver com a criança. Diz que ser pai ou mãe de uma criança com deficiência é assumir uma nova identidade.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro de Atendimento Educacional Especializado, tem como fio norteador de seu trabalho o atendimento das crianças público alvo da educação especial segundo a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que são as deficiências físicas, deficiências auditivas, surdos, deficiências visuais, baixa visão, cegueira, deficiência múltipla, surdocegueira, altas habilidades e TEA, entretanto o transtorno do espectro autista, não é uma deficiência, mas com a Lei nº 12.764, conhecida como a Lei Berenice Piana de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, ganha todos os direitos referentes as deficiências, tornando-se assim também público alvo. E tem como prioridade o atendimento a seus alunos e também as suas famílias, pude notar que todas são assistidas em suas angústias, traumas, expectativas e possibilidades.

Existe um movimento de formação real dos profissionais que trabalham na busca de novos conhecimentos para que possam aprimorar suas práticas, bem como contribuir na orientação das famílias em como lidar com o autismo e estar mais próximos de seus filhos. Nesse sentido percebi que o CAEE faz efetivamente seu trabalho buscando excelência em seus atendimentos, proporcionando uma verdadeira instrumentalização das famílias, para que elas possam conhecer melhor as fragilidades das crianças e as suas próprias.

Nesta intervenção pude perceber, na postura mencionada pelas famílias que os profissionais da saúde, geralmente dão os diagnósticos de forma natural como se não se tratasse de um transtorno que afetaria não só a criança, mas a família como um todo. Será que esta postura está ligada a um desconhecimento das possibilidades e debilidades, ou seria por conta do tempo escasso das consultas, talvez por despreparo em lidar com as emoções humanas, não sei exatamente o que se passa nos consultórios, mas o que fica é que talvez nós educadores estejamos mais preparados em lidar com as situações cotidianas, com as emoções e sentimentos que as vezes podem ser perturbadores, além de sermos mais didáticos e pedagógicos nas explicações e nos direcionamentos feitos. E no que diz respeito ao TEA, muito tem se estudado no campo pedagógico, para compreendermos melhor as implicações dos transtornos nas crianças e adolescentes que chegam as escolas.

Quanto as escolas, infelizmente ainda há um despreparo muito grande, as famílias se sentem muito mais acolhidas no CAEE que nas suas escolas de origem. Nos questionários ficou claro que o papel da escola foi o de encaminhar a alguém mais capacitado, neste caso o

CAEE, mas não seria também papel da escola estar atenta a diversidade dos seus alunos? Quanto a formação do corpo docente, é necessário que haja um investimento destes profissionais na busca de novos saberes que possibilitem atender sua comunidade escolar, talvez seja importante esse dado para que possamos repensar nossas práticas educacionais nas escolas. Como técnica da Secretaria de Educação do município de Juiz de Fora, sempre pensei que oferecermos cursos no Centro de Formação de Professores, fazer reuniões mensais com coordenadores pedagógicos e diretores era suficiente para uma formação constante, mas percebi que isso ainda não é suficiente, temos enquanto supervisão responsável pela diversidade, pensarmos estratégias que auxiliem no cotidiano da escola, como possibilidade para o atendimento e o acompanhamento das crianças. Quando falo em possibilidades, falo de atendimento individualizado, falo de planejamento pedagógico direcionado, falo de buscar que a prática realizada nos CAEE's sejam também prática comum as escolas e seus profissionais. Neste sentido propor ações e um intercâmbio entre os profissionais da rede municipal, para que possam trabalhar verdadeiramente em rede. Hoje enfrentamos o desafio da inclusão nas escolas, não é mais possível perpetuar o discurso, de que não sei nada sobre isso, se não sabemos, temos que buscar conhecer pois quem sabe se seremos a única oportunidade daquelas famílias de ouvir claramente de forma simples e didática, o que está de fato acontecendo com seus filhos, esse trabalho deve ser comum a todos que estão envolvidos no processo ensino aprendizagem.

Cabe a todos nós, articular esse processo de formação, a estimular novas aprendizagens, tanto das famílias quanto dos professores, coordenadores e diretores das escolas, bem como nossas próprias aprendizagens uma vez que a diversidade humana tem infinita possibilidades mais desperta também novos desafios a cada dia, pois pretendemos que acima de tudo o direito de todos a educação seja respeitado e conferido realmente a todos, como é assegurado pela constituição.

As famílias sobretudo cabem buscar o equilíbrio que nem sempre é possível, diante das situações que acontecem na vida. O diagnóstico vem muitas vezes como uma justificativa para tantas atitudes incompreensíveis. Outras vezes vem de forma natural, pois para além da palavra que determina a deficiência, está a realidade entranhada no cotidiano. Em outros casos o importante é viver um dia após o outro, superando a desconsideração, a humilhação e a ignorância das possibilidades que seus filhos apresentam.

A luta tem sido trazer a luz as possibilidades que podem ser desenvolvidas e trabalhadas com essas crianças, onde a troca entre os profissionais da educação e as famílias é fundamental. Uma vez que, se acreditarmos no princípio básico da inclusão, ela poderá acontecer de fato, propiciando a todos o direito de estar em sala de aula, a sociabilização e a aprendizagem que afinal é o intuito maior da educação.

11 - REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição de 1988. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília: Senado Federal, 1988.

ONU (1999) DECLARAÇÃO DA GATEMALA. Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, das Nações Unidas (157/93); a resolução sobre a situação das pessoas portadoras de deficiência no Hemisfério Americano.

UNESCO (1994) DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E O ENQUADRAMENTO DA ACÇÃO – NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca.

MARQUES, Luciana Pacheco. O FILHO SONHADO E O FILHO REAL. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, Piracicaba, v. 2, p. 121-125, 1995.

BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. LDBEN. No. 9394. Brasília: Câmara Federal, 1996.

JOVER, Ana. INCLUSÃO: QUALIDADE PARA TODOS. In: Revista Nova Escola. São Paulo, V. XIV, nº 123, p. 11, junho de 1999.

SASSAKI, R.K. INCLUSÃO: CONSTRUINDO UMA SOCIEDADE PARA TODOS. Rio de Janeiro: Ed. WVA, 1999.

BRASIL. POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA. No. 12764. Brasília: Câmara Federal, 2012.

BRASIL. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Brasília: Câmara Federal, 2014.

NUNES, Ana. Cartas de Beirute: reflexões de uma mãe e feminista sobre autismo, identidade e os desafios da inclusão, Curitiba: Ed. CRV, 2015.

ORRÚ, Sílvia Ester. APRENDIZES COM AUTISMO: APRENDIZES POR EIXOS DE INTERESSE EM ESPAÇOS NÃO EXCLUDENTES, Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2016.

DONVAN, John e ZUCKER, Caren, tradução Luiz A. de Araújo. OUTRA SINTONIA: A HISTÓRIA DO AUTISMO. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

APENDICES

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS PROFESSORES:

Identificação

Nome:

Idade:

Tempo de magistério:

Formação:

Faixa etária que atende atualmente:

- 1) Para você o que significa ensinar numa perspectiva inclusiva?
- 2) O que considera fundamental ao docente para atuar junto ao aluno com deficiência e outras especificidades do desenvolvimento?
- 3) Você tem alguma experiência para contar?

QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES:

Identificação

Nome:

Idade:

Tempo de magistério:

Formação:

Faixa etária que atende atualmente:

- 1) A quanto tempo está fora da sala de aula, fazendo o Atendimento Educacional Especializado no CAEE? Qual sua formação para atuar no CAEE?
- 2) Como são realizadas as divisões dos alunos entre os profissionais, e quantos alunos cada profissional atende?
- 3) Existem estratégias elaboradas para o Atendimento Educacional Especializado realizado? Um Plano Individualizado?
- 4) Caso haja alguma situação de hipótese diagnóstica e posteriormente o diagnóstico, como você enquanto profissional acolhe a família e quais as orientações feitas?
- 5) Vocês orientam as famílias sobre direitos e deveres que elas tem perante a lei, no que diz respeito a entrada e permanência na escola?

QUESTIONÁRIO PARA AS FAMÍLIAS:

Identificação**Nome:****Idade:****Aluno (a):****Idade:****Quando recebeu o diagnóstico:**

- 1) A quanto tempo a criança está na escola? Como tem sido o relacionamento com os professores e demais pessoas do ambiente escolar? Você se sente acolhido (a) pela escola do seu filho (a)?
- 2) E aqui no Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE)?
- 3) Como foi a descoberta da deficiência para você (s)? Quem falou sobre este assunto com vocês? Escola? Pediatra?
- 4) Qual sua reação diante da deficiência apresentada? Já tinha conhecimento? Já era esperado? Teve que buscar informações? Quais os meios utilizados?
- 5) E a escola como reagiu ao diagnóstico? Ajudou você a entender como seria realizado o processo de ensino do seu filho (a)? Foi feito um Plano de Atendimento Individualizado para ele (a)?